

AMAZÔNIA E GLOBALIZAÇÃO: REFLEXÃO EM TORNO DE ALGUNS POSSÍVEIS FUTUROS

“Realmente, a Amazônia é a última página, ainda a escrever-se, do Gênese”.
Euclides da Cunha.

“É, na verdade, um dos poucos espetáculos que ainda restam no mundo, dando-nos a revivescência dos antigos dramas da formação diluvial da terra”.

Alberto Rangel.

“A Amazônia continua a ser uma reserva para o futuro. E nesse futuro é que está o grande perigo”.
Arthur Reis.

“No Brasil de hoje o cerne do problema de despertar o continente está centralizado na Amazônia”.
Carlos de Meira Mattos.

I- OS ESTADOS UNIDOS E A GRANDE RUPTURA

(...) um leitor de mentalidade apolítica poderá julgar minha tese incompatível porque minha opinião sobre os Estados Unidos no mundo é ainda otimista. Digo “ainda” porque me sinto grandemente perturbado pelos dilemas que enfrentamos no país e no estrangeiro, e ainda mais

pelas implicações sociais e filosóficas da direção das mudanças que ocorrem em nosso tempo”. Zbigniew Brzezinski.

Os últimos 30 anos do século XX assistiram, num único e mesmo movimento, a *débâcle* da URSS, junto com o sistema de estados socialistas do Leste da Europa, e a uma crescente pressão sobre os países em desenvolvimento. Em consequência, uma profunda mudança no sistema internacional veio alterar a pauta do debate, até então centralizado na disputa ideológica entre “vermelhos e azuis”.

Desde então, uma nova pauta apresenta-se à cena internacional trazendo um conjunto de temas fortemente comprometidos com o viés hegemônico manifestado pelos países desenvolvidos, liderados pelos Estados Unidos. Entre eles estará presente de maneira estridente o tema ambiental. Num certo momento do imediato fim da Guerra Fria ele será consagrado-- juntamente com a tríade: *Free Trade*, *Human Rights* e *American Democracy*-- como um conceito chave da segurança nacional do governo norte-americano, no novo horizonte político internacional. A forte influencia do governo norte-americano e de suas agencias far-se-á notar, com a inclusão da questão do meio ambiente como um elemento crucial para a liberação de todos os programas de ação dos organismos de financiamento internacionais.

A partir daí aumentariam as pressões dos países industrializados sobre o Brasil e demais países amazônicos. Através de organismos como a ONU, o FMI, o Banco Mundial, e de uma rede internacional de organizações não-governamentais, os países desenvolvidos interpelam e questionam a soberania e a capacidade dos países da região amazônica em desenvolver de forma racional e competente a exploração dos imensos recursos da mais abundante das bacias fluviais do mundo.

Em meio a grandes transformações no sistema político internacional, assiste-se nova e intensa difusão de temas culturais disseminar-se pelo mundo, acompanhando os processos denominados de “globalização”.

Apoiados por um vasto sistema de comunicação, ligados pela rede mundial de computadores, afloram inusitados temas e debates que giram em torno da chamada nova cultura pós-moderna, questionando as soberanias nacionais, as culturas tradicionais e as crenças religiosas dos países em todos os continentes.

Desse modo, a nova realidade pós Guerra Fria, impulsionada pela “globalização” financeira e de mercados, acabaria gerando declarações bombásticas como a do Presidente George Bush (Sênior), que em seus

discursos anunciava sonhar com um “mundo sem fronteiras, de mercados livres e de mentes abertas”.

É nesse contexto que vai se situar para o Brasil o novo desafio amazônico. (1)

Entretanto, não se pode compreender a real abrangência do desafio amazônico, de hoje e de amanhã, sem que se reflita um pouco sobre o que se passou nos *campi* das universidades americanas dos anos 60. Tempo marcado pela grande mobilização da juventude universitária dos Estados Unidos em torno das questões ligadas ao movimento pacifista contra a guerra do Vietnã e da contra cultura anti- “*establishment*”. Quando forças telúricas irromperam no seio da sociedade norte-americana trazendo novidades que atraíram não apenas o americano médio como as classes médias européias e mundiais.

É a época em que a América se apresenta como o laboratório do mundo, estabelecendo regras e propondo comportamentos inusitados, manifestando tendência no sentido de adotar um novo “wilsonianismo”. Este emerge em face do “consenso realista” que dominara a concepção estratégica norte-americana até então. (2)

Esses novos comportamentos exerceriam, a partir desse momento, uma forte influencia sobre as elites ocidentais, e passaria a vigorar como um novo paradigma social até o final do século XX. Algumas dessas questões respondiam a ecos de antigos e adormecidos complexos que acometiam desde o seu nascimento o ser nacional americano. Entre esses ecos podia se distinguir a do velho John Muir (1837-1914) e a sua pregação em defesa do conservacionismo florestal, que resultou na criação de grandes parques nacionais na Califórnia do final do oitocentos. Essa febre conservacionista não impediu a continua busca do crescimento acelerado, que seria responsável pelo extraordinário desenvolvimento industrial norte-americano. No entanto, ela introduzia o germe de uma dúvida sobre o seu destino.

A dúvida sobre o manifesto destino atingiu o seu ápice quando os Estados Unidos depararam-se com a realidade mundial a desafiar o seu mito de origem, no qual se viam ainda como descendentes dos pioneiros do *Mayflower*, refugiados em terras do Novo Mundo, a fugir das guerras baseadas no imperativo da razão do Estado.

O dualismo americano, tão bem expresso por personalidades como Theodoro Roosevelt e Woodrow Wilson, acabou por estabelecer uma impossibilidade representada pela lógica do isolacionismo versus o

universalismo. Contribuiu o impasse doutrinário para definir essa estrutura paranóide-histórica, que se tem feito presente na cultura e na sociedade, ao longo deste século americano que foi o Novecento, em todos os momentos críticos de sua existência. Esses impasses não impediram os Estados Unidos de vir a participar da Grande Guerra européia de 1914-18. E daí em diante a estar presente em todos os conflitos que se apresentaram em todos quadrantes da terra.(3)

O segundo após guerra elevou os Estados Unidos à condição de superpotência mundial, apenas desafiada no plano militar pela União Soviética. Essa condição veio acompanhada de um novo estatuto de líder do mundo ocidental e capitalista, em que se confrontava com a grande rival socialista numa vasta batalha ideológica, sem que ambas se dispusessem a se enfrentar numa guerra nuclear. Assim, tal como se debatiam na Ibéria medieval, adusta e ensolarada, os mouros e cristãos, uma Guerra Fria veio estabelecer uma linha divisória separando os dois mundos.

É nessa atmosfera de ameaça de hecatombe nuclear, que as duas superpotências promoverão as grandes mudanças dos anos de ouro da Guerra Fria. E quando, ao se consolidar o novo período, irrompem impensáveis conflitos intra e infrablocos, ver-se-á: de um lado, ocorrer o

grande cisma sino-soviético; e de outro, o processo da descolonização dos impérios franco-britânico na África e Ásia, em paralelo à emergência da França gaulista e da reconstrução da Alemanha e do Japão.

Neste quadro de mudanças e transformações políticas surpresas decorrentes da revolução científica e técnica e seu impacto mundial vão gerar condições inéditas e despertar perplexidade sobre o porvir da América no século XXI. Algumas dessas mudanças encontram-se estudadas por Zbigniew Brzezinski, que se preocupava em estudar os movimento culturais na América e no Mundo, procurando analisar e compreender as “múltiplas dimensões do processo de globalização e de política ambiental”.

Em sua interpretação dos acontecimentos que assediavam as sociedades ocidentais nos anos 60, Brzezinski tentava “definir o significado --- dentro de uma estrutura dinâmica--- de um importante aspecto da nossa realidade contemporânea: o emergente processo político global que cada vez mais vai apagando as tradicionais distinções entre a política interna e a internacional”. Nesta definição do impacto global da “revolução tecnitrônica” ele será levado a pensar que : ---“o paradoxo do nosso tempo é que a humanidade se torna simultaneamente mais unificada e mais fragmentada”.

Não é, pois, surpreendente que, das ruas e das grandes avenidas em que se espalhavam os milhares de manifestantes saídos dos *campi* das universidades, os temas de protesto contra aspectos da viciosa realidade unidimensional que oprimia o jovem norte-americano, viessem despertar o mundo político estabelecido. E que, ao candidato conservador, Richard Nixon, coubesse a missão histórica de por fim à guerra do Vietnam, realizar a *détente* entre o Leste e Oeste e reintroduzir a China na comunidade internacional.

Ao mesmo tempo caberia a este político pouco querido do *panthéon* da elite americana (talvez para agradá-la em sua excentricidade cultural), criar o “Dia da Terra” (22 de abril de 1970) e abrir assim o caminho para a criação dos mecanismos legais e institucionais do estado americano que servirão a partir daí de suporte institucional do “sonho verde”. Insinuava-se desse modo no espírito missionário da sociedade um conjunto de percepções que reviviam estágios anteriores do “populismo” finissecular americano.

A partir daí, os novos padrões culturais e a divinização do meio ambiente iriam formar na primeira fila das tarefas do meio político apoiados pelo maior sistema de informação do mundo.

Esses padrões se confundiam de tal modo com o aumento da violência racial e política que acompanharam o mergulho da juventude americana no consumo de drogas e na propagação de comportamentos disruptivos frente aos valores tradicionais. Gerando um quadro tão desagregador que levaria o autor de *“Between two ages”*, a evocar o momento fixado literariamente por Hermann Hesse no “Lobo da Estepe”: --- “A vida humana reduz-se a sofrimento real, a inferno, somente quando duas eras, duas culturas e religiões sobrepõem-se...”(...).

II- O CONTEXTO HISTÓRICO E O MUNDO AMAZÔNICO

“É objetivo do Tratado de Cooperação Amazônica criar, através da união dos esforços de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, mediante o mecanismo permanente instituído no Tratado, modalidades de cooperação e intercâmbio de informação, visando acelerar o desenvolvimento sócio-econômico dos respectivos territórios amazônicos, preservar seus recursos naturais e reforçar as ações previstas nos planos nacionais correspondentes” Declaração de Belém, 23 e 24 de outubro de 1980.

O primeiro artigo da “Declaração de Belém” anunciava todo um programa de desenvolvimento para a região amazônica acenando para a possibilidade de que os países amazônicos viessem finalmente a unir-se num projeto regional comum visando o progresso econômico e social e a proteção e defesa da soberania desses países sobre a mais vasta bacia hidrográfica do planeta.

Em meio a uma década de intenso debate interno sobre os destinos do Brasil, vimos firmar-se com o Tratado Amazônico e o Acordo Itaipú-Corpus toda uma arquitetura político-diplomática, que acenava para a futura união das bacias do Prata e do Amazonas. Objetivo vital que, no subcontinente sul-americano, desde pelo menos o ‘Século de Ouro’ ibérico, vem sendo longamente perseguido pelo processo civilizatório luso-hispanoamericano.

Para compreender a realidade amazônica, que vive hoje o desafio de ser um limiar para a exploração humana do globo terráqueo--- mais especificamente: o significado da intensa disputa com as potências centrais em torno do controle de suas riquezas--- deve-se recuar no tempo até o começo do século XVI, quando os estados ibéricos dividiram as terras do Novo Mundo entre si e foram desafiados pelos soberanos da França e da Inglaterra.

Desde os primórdios da colonização luso-hispânica das Américas que um grande desafio teve que ser vencido: a conquista da imensa floresta tropical e do mais caudaloso dos rios, o “Mar Dulce”, o Amazonas. Logo o desafio ampliou-se, com a entrada na disputa pela região dos ingleses, franceses e holandeses, que se lançaram à conquista da “Grande Ilha das Guianas”, confrontando-se com portugueses e espanhóis.(4)

A história dos albores da modernidade mostra que a Amazônia sempre esteve inserida no processo de “globalização”. Processo que teve sua origem nas grandes navegações ibéricas, com a abertura das rotas oceânicas, quando se interligaram os continentes, permitindo-se com isso a criação do mercado mundial, fenômeno que se completa contemporaneamente, ao influxo das revoluções científica e técnica do século XX.

Ao recuar no tempo e avançar no estudo da região, acaba-se constatando que os mesmos atores se defrontam ainda hoje com o imenso desafio humano de dominar e explorar a grande massa tropical, que faz reviver à memória “antigos dramas da formação diluvial da terra”, num capítulo não encerrado do “Livro do Genese”. (5)

A rudeza e o caráter inóspito dessa região,--- denominada de “Hiléia” por Humboldt, e definida como “inferno verde” pelo trágico personagem criado por Alberto Rangel,--- fizeram tremer o animo dos primeiros conquistadores. Até os dias de hoje na Amazônia esses obstáculos foram enfrentados com êxito apenas pelo caboclo amazônico, tipo humano resultante da mestiçagem de ameríndios, negros e portugueses.

Ao longo da primeira metade do século XVII, portugueses e espanhóis, unidos sob a coroa de Felipe II, puderam exitosamente opor-se à presença de ingleses, franceses e holandeses na calha norte do Amazonas-Solimões. Comandada por Pedro Teixeira Aires Chicharro, aguerrida e combativa força expedicionária, composta de índios, mestiços e portugueses, atacou as povoações inglesas, holandesas e francesas, espancando as tropas e expulsando-as das proximidades do grande rio.

O advento do século XIX, e das independências nacionais, não alterou em nada a seqüência dos acontecimentos, dando continuidade à luta estrêua do homem para dominar a natureza da grande floresta tropical. Em meados do século, porém, introduzir-se-á, no cenário amazônico--- apoiado sobretudo nas divagações do Tenente Maury sobre a

continuidade da bacia amazônica em relação à bacia do Mississipi-Missouri---, um novo e poderoso ator: os Estados Unidos da América. Com esse novo e poderoso personagem, a história da grande bacia Amazônica encontrará mais um fator de ameaça e de tensão.

A partir dos influxos derivados dessa presença, a região passou a integrar a zona mais sensível da nossa defesa externa, e progressivamente, no decurso do século XX, veio a substituir a bacia do Prata como fonte permanente das preocupações nacionais.

Ao longo do *Novecento* o Brasil preparou-se para ocupar a posição que desde o descobrimento lhe fora predestinada pela intuição do historiador Gabriel Soares de Souza: de vir a ser um grande centro de poder mundial. O processo acelerado de crescimento que elevou o país à condição de uma das 10 maiores potências industriais do mundo no início da década de 70, quando for retomado, recuperado o antigo ritmo, interiorizará o seu desenvolvimento, dando assim início à terceira fase da grande manobra de integração territorial voltada para a vitalização do seu espaço amazônico.

A incorporação da Amazônia à civilização brasileira constitui desde agora, na concepção estratégica nacional, uma alta manobra de geopolítica que, se realizada com êxito, elevará o país à condição de um dos dois megaestados do século XXI.

Esta observação se assenta no fato de que, concluída a penetração no Centro-Oeste brasileiro, a partir do deslocamento da Capital Federal para o planalto goiano, que foi seguida da construção da hidroelétrica de Itaipu, concretizou-se a primeira e a segunda etapa do processo de tamponamento de área sensível à penetração no território nacional de centros de poder regionais. Vencidas estas etapas, por efeito reverso, decorrente da “imantação” gerada pela área irradiadora de prosperidade, toda ela desenvolvida com base no esforço socioeconômico brasileiro, o País deverá credenciar-se a ser o núcleo geo-histórico do espaço integrado sul-americano.

Antes, porém, deverá transpor o formidável obstáculo constituído pelo desafio amazônico. Sendo uma das últimas fronteiras do planeta a região amazônica desperta cada vez mais o interesse dos centros de poder mundiais, obrigando os países amazônicos a unir esforços para evitar o processo de “balcanização”, o qual, se efetivado, será sumamente lesivo

aos interesses da segurança regional e de todo o subcontinente sul-americano.

Neste sentido, é vital assegurar-se hoje da continuidade do Projeto Calha Norte e da implantação do SIVAM-SIPAM, para respaldar amanhã uma estratégia de defesa nacional fundada numa força de dissuasão capaz de “tornar extremamente cara em termos de perdas de vida e de duração das operações, qualquer aventura bélica” (6).

III- O FUTURO DA AMAZÔNIA E O BRASIL

“O Brasil aprendeu a pensar nas dimensões do futuro. (...) Porém que país possui maior quantidade de terra inaproveitada, desabitada, inutilizada, do que o Brasil, cujo território se iguala ao do Velho Mundo? O espaço não é simples matéria, mas também força psíquica. Amplia a visão e enche a alma, infunde ao homem que o habita, ao qual envolve, valor e confiança para que se atreva a avançar; onde há espaço, há não somente tempo mas futuro também. E quem quer que viva neste país, ouve no alto as asas desse futuro bater fortes e animadoras”. Stefan Zweig, “Brasil, país do futuro”

Pensar as dimensões do futuro da Amazônia para o Brasil pressupõe conhecer a natureza do espaço como poder. Ainda mais, seguindo a lição luminosa de Stefan Zweig: --- “espaço não é simples matéria, mas também força psíquica”. Significa dizer que o fato de possuir uma dimensão continental singulariza o Brasil no mundo, e, de um modo incontornável, faz a humanidade brasileira ser interpelada pelo valor e a confiança nessa grandeza.

Análises hoje clássicas do pensamento geopolítico brasileiro---de Backheuser e Travassos a Golbery do Couto e Silva, servindo-se de lições extraídas de autores como Malagrida e Spykman--- , já haviam chegado a conclusões objetivas e precisas a respeito do espaço e da posição do Brasil, essencialmente, de como deslanchar uma grande manobra de integração geopolítica que compreendesse 3 fases, assim delimitadas:

1-“articular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração”;

2- “impulsionar o avanço para o noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central—a atual região nuclear do país--- , de modo a integrar a península Centro-Oeste no todo ecumênico brasileiro”;

3- “inundar de civilização a Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída do Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E.-O. segundo o eixo do grande rio”.

É possível perceber que as duas fases primeiras da manobra foram realizadas, no essencial, ao longo de dois ciclos de crescimento acelerado: o primeiro, no período Vargas(37-45); e o segundo, nos governos militares (principalmente de 68 a 78). Nesta última fase, o crescimento industrial do período do “milagre brasileiro”, tendo alcançado taxas de mais de 10% ao ano, gerou uma economia capaz de elevar a posição do país à indiscutível liderança regional e de projetá-lo como uma potência em ascensão no sistema de poder mundial.(7)

No entanto, a terceira e crucial fase, destinada a levar à completude o processo de interiorização do desenvolvimento, ainda não conseguiu concretizar-se, deparando-se com múltiplos desafios internos e externos, que apresentam ameaças potenciais à segurança e defesa do Brasil.

A partir da crise dos anos 80, que foi desencadeada pela pressão externa exercida pela alta dos preços do petróleo e a elevação da taxa de juros, assistimos à perda progressiva do ritmo de crescimento da economia nacional. Até mesmo a nova fórmula do planejamento *aggiornata*, desenvolvida mais recentemente no programa “Avança Brasil”, orientada para a criação dos eixos de desenvolvimento, vem se submetendo aos mesmos constrangimentos e a conseqüente perda de ritmo. Atuando, na contramão do nosso processo histórico, essa limitação financeira, que se ergue como uma sombra sobre todos os governos, tem servido como *ultima ratio* para determinar solução de continuidade ao projeto nacional de desenvolvimento.

As pressões não se limitam contudo à questão econômica e financeira. Parcela crucial da dimensão do desafio brasileiro, de superar a natureza indômita dos trópicos, resulta, hoje mais do que ontem, da resistência oferecida pelos centros de poder mundiais, sempre atraídos pela exuberante Amazônia, mas nem um pouco interessados em que o Estado, a Nação e a Sociedade brasileira escrevam essa última página do Gênese.

Nessa resistência ao desenvolvimento brasileiro os governos dos países industrializados encontram apoio em suas sociedades, divididas e mobilizadas por novos dilemas socioculturais.

Os anos 60 do século XX, nesse aspecto, assistiram a primeira e grave crise existencial da sociedade industrial avançada pós Segunda Guerra. Na Europa, dos dois lados do Muro, a juventude universitária manifestou seu mal-estar com os frutos do progresso e da civilização. Num mesmo movimento, do outro lado do Atlântico Norte, a sociedade norte-americana--- abalada em sua fé nos valores americanos tradicionais, por efeito da forte tensão racial interna, agravada pela sensação de impotência pela guerra perdida no exterior ---, reviveu, através dos movimentos pacifistas e de contra-cultura, tendências arcaizantes e profundas da cultura americana ligadas a um fundo anárquico, e místico-naturalista.(8)

É neste contexto que se instaura nas altas esferas da elite governamental americana e europeia a idéia de que se deveria limitar o crescimento das nações, sobretudo aquelas que haviam recém iniciado o ciclo de industrialização. Perfilhando a perspectiva ecológica, segundo a qual a terra inteira constitui-se num único ecossistema, passaram a considerar que o processo do desenvolvimento industrial ameaçava o equilíbrio

desse sistema pelo consumo excessivo dos recursos não renováveis, o que levaria brevemente à sua inexorável exaustão. Essa nova compreensão limitadora do crescimento econômico trouxe mudanças radicais à concepção dos organismos mundiais destinados a financiar e ajudar as economias em desenvolvimento.

Esse novo paradigma está presente no famoso relatório do Presidente do Banco Mundial Robert S. McNamara apresentado à reunião de diretores do Banco reunidos, em Copenhague, em 21 de setembro de 1970, em que apela para a reforma da mentalidade dos dirigentes do mundo em desenvolvimento, para que aceitem a necessidade de um novo ideal humano de superação do tribalismo xenófobo e de adoção de um ideal comunitário para todo o mundo.

Na mesma linha seriam as conclusões elaboradas pelo casal de estudiosos do sistema internacional Harold e Margareth Sprout, os quais, preocupados com a crise apontada pelos novos paradigmas, auguravam o surgimento de uma política para o planeta Terra.

Assim como McNamara avaliara em 1970, o Presidente da Fundação Rockfeller, Raymond B. Fosdick, em 1947, já considerava a necessidade de uma reforma de mentalidade das elites governantes do planeta para

introduzir uma nova agenda global que limitasse os zelotes nacionalistas e estimulasse o herodianismo reformista nos jovens estados que surgiam para a independência. Esses governantes receptivos deveriam ser levados a aceitar a idéia do governo mundial e das novas restrições ao consumo “Gargantuesco enlouquecido”(sic), dilapidador de recursos da Terra, sob pena de ocorrer em breve prazo uma catástrofe cósmica.() Essa agenda global comanda hoje a pauta internacional através da ação dos organismos multilaterais, sobretudo o sistema das Nações Unidas, como o FMI, Banco Mundial, OMC, acrescida de uma rede mundial de organizações não-governamentais com amplo acesso aos meios financeiros e *midia* internacional.

A pressão externa influenciou a opinião pública nacional de tal maneira que gerou um quadro de constrangimento para os governos e organismos estatais, transformados em fiscais negativos do crescimento do país. O desenvolvimento foi contido, e amplas áreas do país, sobretudo na região amazônica, foram transformadas em reservas destinadas à conservação da flora e fauna raras, e das comunidades de cultura indígena, para que alguns privilegiados possam contemplar algo que lembra a formação diluvial da terra.

Desse modo, e tal como advertira Arthur César Ferreira Reis, a Amazônia continua como reserva para o futuro e é nesse futuro que

reside o perigo. O perigo maior para a região consiste exatamente em permanecer como uma reserva de bens aguardando uma crescente pressão externa sob a forma de um impulso à fragmentação do espaço amazônico.

Em sua obra “Amazônia e a cobiça internacional”, o Prof. Reis narra, com riqueza de detalhes e abundante documentação, a história das principais tentativas realizadas pelas grandes potências para se inserir na região. O relato termina na década de 60, com as tentativas de criação de um grande lago amazônico, que inundaria toda a região, e que se baseava no projeto do Instituto Hudson, dirigido pelo inolvidável Hermann Khan.(9)

Mas qualquer que seja o projeto elaborado pelas centrais politico-estrategicas de poderes não amazônicos para a Amazônia, lembra Arthur Reis, estará sempre em pauta a questão da soberania nacional sobre a mais vasta floresta tropical do planeta. E aí reside a raiz da preocupação do ilustre historiador e homem de Estado amazônico. Aponta e assinala os exemplos notáveis de como no passado atuou a diplomacia e se fez sentir a ação do governo para prevenir e contrarrestar toda e qualquer tentativa de limitar ou violar a soberania brasileira sobre a maior parcela da região. E se pergunta, como será no futuro?

Um futuro que após a Guerra Fria afirmou-se como uma geopolítica “globalista”, baseada no controle do universo geográfico por um poder global(G-8), que ditaria a todos os países a política mais conveniente à garantia da ordem econômica, da paz e da segurança da humanidade.

Na seqüência do final da Guerra Fria, as pressões foram em crescendo observando-se o aumento da intervenção dos países centrais nos assuntos dos países em desenvolvimento. Esses últimos, em sua tentativa de continuar recebendo ajuda, crédito e mercado para as suas exportações, negociaram uma pauta cada vez mais contrária aos seus interesses com os organismos internacionais de ajuda financeira para o desenvolvimento.

Neste jogo de pressões e contrapressões emergiu o conceito de desenvolvimento sustentável. Esse conceito submeteu os países em desenvolvimento a um padrão comum, baseado no tripé perverso: 1) juros altos (cambio estável + capitais especulativos); 2) privatização e desregulamentação da economia; 3) abertura comercial-financeira e desnacionalização.

Entretanto, com a eleição de um presidente republicano, o paradigma dominante norte-americano voltou a inclinar-se para um gradual “isolacionismo” e pela adoção de uma política baseada na força. Esses princípios afirmaram-se, sobretudo, depois do 11 de setembro, quando o governo americano passou a rever sua política de segurança nacional, abalada em sua autoconfiança, em meio à mais séria crise da economia americana desde 1929.

Esta revisão de conceito da política externa americana leva a prever o surgimento de mais uma crise de confiança no meio dos aliados ocidentais, face ao eterno dualismo de que se reveste a política americana, e que faz os Estados Unidos se posicionar, ora como o primeiro dos parceiros de uma cadeia dominante de estados globais (G-8), ora como hiperpotência global, cuja liderança é única, total e indisputável. ()

A partir da guerra contra o terror, em represália por conta do atentado às torres gêmeas do WTC, o governo Bush tomou medidas que levam a pensar numa vontade americana de firmar o princípio de uma liderança exercida *urbi et orbis* e que deverá culminar com o ataque ao Iraque, a servir de advertência dirigida a todos os horizontes. Esse novo curso, que subverte a ordem jurídica entre os estados e estabelece a lei da selva

no sistema internacional, deverá elevar a instabilidade e ameaçar a segurança de todos os países, indiscriminadamente, sejam amigos, inimigos, adversários, ou mesmo tradicionais aliados, próximos ou distantes.

Esta situação sugere também que se está a reviver o período do entre-guerras (1919-1939). O que faz pensar que ela pode vir a desafiar o Brasil, forçando o país a pensar o destino do seu ser nacional. E que o Brasil possa avançar além das ilusórias noções que até bem pouco embalaram o sonho de um certo “bom-mocismo” brasileiro, agora despertado face ao entrechoque de vontades e interesses nacionais. E, talvez, lançar-se ao aproveitamento da janela de oportunidade que se abriu com a crise já instalada no cerne do processo de “globalização”.

Trata-se de pensar em formas de avançar nas tentativas de ocupação do espaço amazônico e de integrar os nossos vizinhos à cooperação para o desenvolvimento regional.

Há que aproveitar o momento internacional para através de uma “diplomacia corajosa e de um dispositivo militar de defesa da Amazônia”, credível e capaz, dissuadir qualquer aventura de grupos ou

potências interessadas, bem como desarmar a “orquestração internacionalista” que atenta contra os nossos direitos soberanos. Pois essa orquestração tem paralisado o processo de desenvolvimento brasileiro, e principalmente, atrapalhado a conquista do espaço amazônico, que deverá se realizar com vistas a integrá-lo ao ecúmeno nacional.

Essa conquista ao ser feita elevará em algumas décadas o potencial brasileiro, transformando-o, junto com os demais países da região, no pólo sul-americano de economia mundial. Para tanto será imprescindível perseguir como objetivo fundamental da política nacional a “vitalização do potencial humano e geográfico do país a fim de construir uma das nações mais prósperas e respeitadas do mundo”.()

Assim, quando se observa a conjuntura internacional, com as ameaças e oportunidades que encerra, cada vez mais aparece claramente que a problemática do desenvolvimento brasileiro e sul-americano tem em seu cerne a “questão amazônica”. Como resolvê-la ou encaminhar a solução dos seus problemas repercutirá no desenvolvimento de toda a região. Mas certamente crescerão em igual medida os problemas de segurança e defesa.

E estes problemas de segurança e defesa deverão ser enfrentados desde hoje, com medidas efetivas que demonstrem “aos possíveis agressores, mesmo aos poderosos, nossa vontade férrea de lutar e nossa capacidade militar de oferecer uma resistência longa e que exigirá do adversário, um preço alto, em vidas e em recursos materiais”.

IV- O BRASIL E O FUTURO DO MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

“Faz alguns anos que circula um comentário segundo o qual o próximo século será o da Ásia-Pacífico. Como se já estivesse a ponto de chegar um século desta natureza. Não estou de acordo com esta opinião. À exceção dos Estados Unidos, na região da Ásia-Pacífico, são relativamente desenvolvidos o Japão, os “4 pequenos dragões”, a Austrália e a Nova Zelândia; juntos chegam a somar 200 milhões de habitantes. Somando-se, inclusive, a população do Extremo Oriental da União Soviética, a do Oeste dos Estados Unidos e do Canadá, o total será somente de 300 milhões. Enquanto a população de nossos dois países totaliza um bilhão e oitocentos milhões. Assim que, sem o desenvolvimento da China e da Índia não haverá nada parecido a isso de

século da Ásia-Pacífico, ou da Ásia. O verdadeiro século da Ásia Pacífico só chegará quando a China, a Índia e os demais países vizinhos tenham se desenvolvido. Igualmente não haverá nenhum século da América Latina sem o desenvolvimento do Brasil.” Deng Xiaoping (parte de uma entrevista com Rajiv Ghandi)(10)

À medida que caminhamos neste início de século e de milênio começamos a perceber quão parecido ele se encontra do século e do milênio que há pouco se encerrou. A descrição da primeira guerra do século XXI --- feita de maneira viva e emocionada pelo chefe do Pentágono, Donald H. Rumsfeld, em recente artigo publicado na revista *Foreign Affairs*--, ao ressaltar o encontro em Mazar-i-Sharif, dos cavaleiros afegãos do século XIX com os centuriões americanos, detentores das máquinas mortíferas do século XXI, serviu para confirmar que duas questões continuam a ser fundamentais para o mundo: a salvaguarda da paz e a conquista do desenvolvimento.(11)

Os episódios e fatos decorrentes dos atentados de 11 de setembro levam-nos a constatar que a reestruturação da ordem mundial pós Guerra Fria segue seu curso. A recente reintegração da Rússia ao núcleo dos países industrializados, constituído pelo Grupo dos 8, revela uma tendência há bastante tempo amadurecida de reconstituição da cadeia de estados dominantes no início do noventa.

No entanto a eleição republicana de 2000 devolveu os Estados Unidos ao seu eterno pêndulo entre o wilsonianismo, com seu apelo a um universalismo de princípios, e o republicanismo, com a defesa arraigada do puro e simples interesse nacional americano. A instalação do governo George Bush Jr consagrou o fim da administração democrata de Clinton, que perfilhava o neo-wilsonianismo. Em seus dois mandatos, o presidente democrata foi contemplado com o crescimento contínuo da economia americana, do que se aproveitou para tentar estabelecer uma nova ordenação do poder mundial pós Guerra Fria. Essa ordenação, liderada pelos Estados Unidos, seria baseada em acordos e instituições multilaterais, como a ONU, o FMI, o Banco Mundial e a OMC, tendo a OTAN, como pilar no plano político estratégico, e podendo exercer o direito de intervir em todos os horizontes.

A crise da chamada “globalização”, com seu séquito de empobrecimento e desemprego em massa, acentuou-se no período. E não apenas com o aparecimento de um movimento transnacional antiglobalização, que atingiu seu auge em Seattle e Gênova. Mas também pela emergência de uma inesperada resistência do *establishment* norte-americano, sob a forte pressão da sua *middle class*, em aceitar conviver com os aspectos mais desconfortáveis, universalmente inerentes ao processo da “globalização”, tais como: perda da identidade nacional e cultural; emergência de comportamentos sociais disruptivos; eclosão de conflitos étnicos, raciais

e religiosos; aumento descontrolado da violência, das drogas e do crime organizado.

Sobretudo, e aí reside um dos seus efeitos mais perversos, a era da “globalização” amesquinha as soberanias e impõe a alienação do interesse nacional no altar dos interesses multi e transnacionais. A emasculação do princípio da soberania, independência e integridade nacional, decorrente da anarquia “globalista”, acaba gerando conflitos e exacerbando ânimos, criando o caldo de cultura onde irão vicejar: o extremismo político, religioso e étnico; o separatismo; o terrorismo.

Neste sentido, a volta ao ar de um certo conjunto de idéias e ideais, mobilizados pelo “populismo conservador”, caracteriza um certo microclima, a influenciar a composição e a política do governo Bush. Mas que também se faz presente nas tendências atuais do eleitorado europeu e japonês. O que parece sinalizar, na grande cena internacional, para um gradual retorno ao “realismo”, à razão de estado e à prevalência do interesse nacional.

Para definir esse novo paradigma da política americana, ninguém melhor do que a Dra. Condoleezza Rice, assessora de Segurança Nacional do

governo Bush. Em artigo publicado na revista *Foreign Affairs* de janeiro/fevereiro de 2000, em que antecipava as diretrizes da política externa do que seria uma presidência republicana, a Dra. Rice arrazoava que: (...) “em uma democracia tão pluralista como a norte-americana a ausência de um “interesse nacional” articulado gera um campo fértil para aqueles que desejam se retirar do cenário mundial ou então cria um vácuo a ser preenchido por grupos provincianos e pressões transitórias”. Segundo ainda o seu argumento, faltava uma definição dos interesses nacionais americanos para colocar o país no rumo das suas prioridades. E, sobretudo, salientava ela, esses interesses fundamentais não poderiam ser confundidos ou substituídos nunca por “interesses humanitários” ou de alguma “comunidade internacional”.

Sinalizava, portanto, para significativa mudança na concepção da política norte-americana e, *ipso facto*, da política mundial.(12)

A nova administração mal começou a se instalar e logo foi surpreendida com o atentado de Nova York . E no contexto criado pelos atentados terroristas de 11 de setembro, em meio a suas conseqüências, que a situação econômica tende a agravar-se como resultado da crise e das dificuldades crescentes que se abatem sobre o conjunto da economia norte-americana, ameaçando com o espectro de uma nova grande

depressão. E para aumentar ainda mais o mal-estar norte-americano, quase ao mesmo tempo, em concorrência com o Dólar, o Euro vem a consolidar-se como uma moeda conversível internacional.

Entra-se, pois, num tempo historicamente novo. Forja-se uma nova entidade não só econômica, mas política e estratégica: a Europa, unida, reergue-se apoiada na economia da Alemanha e na capacidade nuclear da França. Esta aliança começa a gerar um campo de força que tende a situar-se como um segundo pólo de poder mundial. Perfila-se no horizonte político e estratégico do novo milênio a figura do megaestado europeu.

Neste momento em que novos e acelerados processos de mudança estão em curso, alterando a fisionomia política mundial, os Estados Unidos procuram desenvolver um conceito estratégico capaz de orientá-los na busca da sua segurança como única superpotência global. Para pensar sua segurança global num quadro de supremacia unipolar terá que considerar todos os fronts e todas as áreas do mundo. Muito especialmente, deverá recorrer ao estudo da correlação de forças existente no mundo, em sua clássica dimensão geopolítica.

A estratégia americana não esquece jamais a lição básica extraída por Spykman de sua crítica a Mackinder: aquele que dominar a Eurásia através de suas fímbrias controlará os destinos do mundo. Ao dominar o coração da Eurásia, onde se situam os “balcãs eurásianos”, acima de tudo neste momento, estará controlando o precioso ouro negro que move a economia mundial. (13)

Ocorre, porém, nessa versão III milênio do “Grande Jogo”, que os Estados Unidos, diferentemente da Grã-Bretanha do século XIX, depara-se hoje no centro da Ásia com um complexo quadro regional, onde os principais parceiros do jogo (russos, chineses, indianos, paquistaneses, quiçá os Iranianos) dispõem todos de armamento nuclear.(14)

Sem presumir o que resultará desse *imbróglio*, pode-se imaginar que o novo centro de gravidade político mundial--- que se deslocou da Europa Central para a região que vai do golfo Pérsico até o mar Cáspio---, a partir do ataque ao Afeganistão, em represália ao 11 de setembro, esteja sendo contemplado com uma manobra de larga envergadura e, aparentemente, de longa duração.

Esse quadro crítico e preocupante,--- pela sombria e tríplice ameaça à paz mundial, à estabilidade e ao desenvolvimento---, paradoxalmente, acena para a possibilidade de os países da América do Sul, entregues à própria sorte, recuperarem a autonomia de ação e reverterem o ciclo de estagnação de suas economias, que já perdura por quase 20 anos.

Como em toda crise, esta também se constitui de ameaças e de oportunidades. Pois a janela de oportunidade que ela abre, traz em si a possibilidade, pela segunda vez na história, desde o “Século de Ouro” da “União Ibérica”, da realidade da integração sul-americana. Esta possibilidade inscreve-se em função da facilidade que a região apresenta de uma efetiva cooperação entre todos os países que dela fazem parte, e que possuem uma história, língua, cultura e destino comum. O que poderá, retomado o ciclo do seu crescimento e desenvolvimento, no decurso das próximas décadas, viabilizar a emergência do futuro megaestado sul-americano.

Ameaças--- de surgimento de novos, e a intensificação dos atuais, conflitos inter, intra e infra-estatais---deverão acompanhar o processo atual de reversão da tendência de internacionalização das economias. Em decorrência do aparecimento dessa nova pauta mundial, orientada para

afirmação e defesa do interesse nacional, haverá crescente necessidade do reforço da presença maximizada do Estado.

Neste sentido, a defesa e a segurança da Amazônia reveste-se, hoje e mais do que nunca, de um caráter de centralidade no planejamento da estratégia nacional brasileira. Principalmente por tratar-se de um desafio que o Brasil compartilha com os demais países amazônicos, com os quais deverá criar uma zona de desenvolvimento e prosperidade, que venha a ser suficientemente forte e capaz de neutralizar ações desestabilizadoras promovidas por interesses nacionais de terceiras potências interessadas.

Não por acaso, estamos neste momento assistindo a crescente pressão sobre o subcontinente, com o processo em curso de desestabilização da Venezuela e da Argentina. Pressão que visa sobretudo vulnerabilizar o projeto de criação de um eixo Caracas-Brasília-Buenos Aires, que seria o sustentáculo de um mercado sul-americano, base possível de qualquer integração latino-americana. Trata-se, pois, de uma típica ação preventiva do “terceiro interessado”, visando gerar obstáculos que inviabilizem a construção de uma unidade econômica entre as bacias do Amazonas e do Prata, germe do que será futuramente o maior mercado integrado do Ocidente.

É neste marco que se descortina o novo desafio amazônico, a esperar resposta que represente a sua efetiva superação. Esta virá, quando brasileiros, de norte a sul e leste oeste, sentirem-se concernidos e mobilizados, ao ouvir ecoar o clamor:--- “ Selva!”

Severino Bezerra Cabral Filho

Professor, Adjunto da Divisão de Assuntos Internacionais da ESG

V- NOTAS E BIBLIOGRAFIA

1) Notas:

1- Recorde-se muito especialmente o celebre pronunciamento proferido na Assembléia Geral das Nações Unidas, no dia 1 de outubro de 1990, em que o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, saudava o advento de uma nova era de paz, competição e liberdade, inaugurada pela “revolução de 1989”. Nesta nova era, por ele anunciada, dever-se-ia estabelecer uma parceria entre as nações que, superando a Guerra Fria, estivesse baseada na consulta, cooperação e ação coletiva, através das organizações regionais e internacionais. Uma parceria que tivesse como meta incrementar a democracia, a prosperidade, a paz e o desarmamento. E profetizava, ecoando cálidos sentimentos universalistas: --- *“I see a*

world of open borders, open trade and, most importantly, open minds, a world that celebrates the common heritage that belongs to all the world's people, taking pride not just in hometown or homeland but in humanity itself". Um pouco antes, referia-se ao advento de um : ---(...) "*historic movement towards a new world order, and a long era of peace*". Curiosamente, o discurso denunciava o que denominava de "Agressão no Golfo", e que, segundo ele, vinha desafiar não só a segurança regional, mas: --- (...) "*the entire world's vision of our future*".

2- A primeira década após a Segunda Guerra mostrou uma fissura na sociedade americana que veio acrescentar novos e cambiantes elementos ao complexo cultural norte-americano. Aos movimentos de contracultura, desenvolvidos a partir de temas da tradição radical anarquista europeia e americana, vieram-se associar-se os elementos mais recentes saídos da diáspora intelectual do Velho Mundo. Dentre esses elementos encontra-se desde representantes do movimento psicanalítico internacional a filósofos e ideólogos da Escola de Frankfurt, bem como autores de tendências marxistas as mais variadas (sobretudo, por sua influencia, Wilhelm Reich e Herbert Marcuse). Dessa complexa trama político-cultural saiu o poderoso movimento que abalou os *campi* e que introduziu à nova geração temas políticos radicais contrários ao *establishment* americano. A revolta da juventude estudantil em quase todo o mundo contribuiu em muito para a profunda mudança no ambiente

sociocultural e político euro-norte-americano, influenciando de modo decisivo na pauta do mundo pós-Guerra Fria. Ainda que frouxamente no dizer de um dos seus críticos acabou por unir os “obsoletos, abstinentes e excluídos da era tecnocrônica”. Até mesmo parte do ardor combativo daqueles tempos se transmudaram em novos movimentos e novas causas, como aparece no atual movimento antiglobalização. Como um sintoma da mudança ocorrida nessa época, a eleição de William Clinton fez chegar à Casa Branca, quase 30 anos depois, um típico jovem americano daquela geração: o qual, sendo um radical aos 20 anos, evoluiu à condição de reformador aos 40; vindo, depois dos 50, a conformar-se ao perfil de um moderado conservador.

3- Como ficou conhecido, através da extraordinária formulação elaborada pelo filósofo Reinhold Niebuhr, os Estados Unidos operou uma verdadeira revolução em sua *forma mentis*, para ultrapassar o provincianismo dos primeiros tempos das 13 colônias, e vir a se posicionar como grande potência, depois superpotência líder do mundo ocidental, e, finalmente, aspirar à condição de ser a única superpotência global. Desse esforço resultou uma construção doutrinal que, depois da obra seminal dos “pais fundadores”, veio a ser a mais importante gerada pela elite norte-americana: a concepção “realista” da natureza do Poder Nacional americano. Empreendida sobretudo por Hans Joachim Morgenthau,--- esta síntese filosófica, que reúne o

racionalismo político francês, o sistema da filosofia crítica alemã e o empirismo anglo-americano,--- ainda hoje serve de pano de fundo teórico a toda uma rama de estudos do sistema mundial do poder. O realismo, que deve reger o Interesse Nacional (postulado por Niebuhr e Morgenthau), e a concepção geopolítica anglo-americana (definida em suas linhas mestras por Mahan, Mackinder e Spykman), combinaram-se ontem, e ainda hoje combinam-se (sempre presentes nas formulações de Kissinger, Brzezinski, Huntington), para orientar a estratégia da América no mundo.

4- Impõe-se a mobilização da consciência nacional para o grave problema, já apontado por inumeráveis vozes, do exercício efetivo da soberania brasileira sobre o grande espaço amazônico. Como assinalava Euclides da Cunha,--- em seu preâmbulo ao “Inferno Verde” de Alberto Rangel,--- da Amazônia, apenas conhecida “aos fragmentos”; dela pode-se dizer que :--- “Escapa-se-nos, de todo, a enormidade que só se pode medir, repartida: a amplitude, que se tem de diminuir, para avaliar-se; a grandeza, que só se deixa ver, apequenando-se, através dos microscópios; e um infinito que dosa, a pouco e pouco, lento e lento, indefinidamente, torturantemente...”. A guerra de mil anos contra o desconhecido na Amazônia, na profecia euclideana, só chegará ao término quando não houver segredos na própria natureza: ---“A definição dos últimos aspectos da Amazônia será o fecho de toda a História Natural”. O

desafio que ainda interpela a vontade nacional, neste início do terceiro milênio, para a dimensão da batalha total do conhecimento do mundo amazônico, deverá traduzir-se também na desmistificação dos postulados interessados que divulgam e difundem falsos conhecimentos, voltados para objetivos que vão a *contrario sensu* dos interesses nacionais brasileiros.

5- O confronto com poderes hostis à soberania brasileira na Amazônia vem se desenvolvendo desde os primórdios da colonização. Em seu breve, mas extraordinariamente denso relato dessa história de quase 5 séculos, Artur César Ferreira Reis documentou-se com historiadores que o ajudaram a definir o contexto em que vicejou a cobiça internacional sobre a Amazônia. Um desses autores, especialmente elucidativo, é Henri Coudreau que, em seu livro, “Les Français en Amazonie”, assim narra:

“ Pour ne pas me compromettre, je declare à l’avance que je ne crois pas que ces bruits soient fondés. Dans le milieu le plus officiel de la terre on peut, cependant, d’ores et déjà, se permettre de dire que, depuis quelques années, l’Amazonie est très franchement autonomiste. Si je ne connais à Manaus et à Pará une demi-douzaine de senhores crênement séparatistes, ayant déjà leur drapeau,--- nos trois couleurs disposées autrement,---leur programme, leur “ pronunciamiento”, et même,--- ô prévision admirable! ---leur constitution et leur président tout prêts!

Mais ces séparatistes sont inclès, certainement; quoi qu'il en soît, il est un fait incontestable, d'est qu'en prévision de cette échéance, qui peut n'arriver jamais, les Etats-Unis, l'Angleterre, voire même l'Allemagne, font actuellement de la propagande discrète en vue d'un protectorat commercial bien senti à établir sur l'Amazonie".

6- Ao Brasil caberá responder ao desafio de defender sua soberania sobre a Amazônia em meio a um contexto internacional complexo e gerador de ameaças e incertezas. Para resistir aos efeitos perversos do processo da chamada globalização, sobretudo a forte pressão desagregadora que se abate hoje sobre os países que não chegaram a completar o ciclo de ocupação plena de seu território, faz-se necessária uma vontade política firme de não ceder a chantagens que visem inibir a evolução do projeto nacional de desenvolvimento. É neste sentido que se deve acompanhar com atenção a conjuntura internacional, principalmente os acontecimentos que se desenvolvem nas vizinhanças da Amazônia. Mas não apenas. Na medida em que a pressão internacional aumenta é imperioso criar anticorpos ativos para que a implantação de obstáculos internos e externos ao desenvolvimento sejam efetivamente vencidos ou contornados.

7- Escrever essa última página do livro do Gênesis talvez seja o maior desafio brasileiro a ser enfrentado, desde toda a sua existência como país independente. Afinal, para realizá-lo, o Brasil deverá confrontar-se com a vontade das potências e a opinião de grandes segmentos socioeconômicos, distribuídos em várias sociedades nacionais. Daí a necessidade da mobilização de toda a sociedade nacional brasileira para poder realizar o intento de integrar plenamente ao ecúmeno nacional, valorizando, o imenso mundo amazônico. A não ser assim, sob a cobertura da chamada política ambiental, minorias étnicas e quejandas, como há muito previu e advertiu D. Carlos Badia Malagrida:

“Día llegará en que una fuerza económica formidable, desenvuelta a impulsos de las inesgotables riquezas del interior, irrumpa en el escenario de la vida internacional americana, reclamando una personalidad política, y para entonces, el Gobierno del Brasil ha de tener prevista la fórmula capaz de mantener la coherencia entre los dos grandes núcleos vitales del país. De no ser así, se produciría indefectiblemente el desprendimiento, bien para constituir un nuevo Estado independiente, bien para adquirir nuevas modalidades bajo la influencia anglosajona. He ahí el peligro, que es una amenaza contra la integridad territorial del Brasil y contra la unidad supranacional hispanoamericana”.

8- O casal de estudiosos do Centro de Estudos Internacionais da Universidade de Princeton, Harold e Margareth Sprout, autores de livros de formação da opinião acadêmica no campo da defesa e segurança nacional americana como “Foundations of National Power” e “The Rise of American Naval Power”, escreveram em 1971 um resumo das teses que passaram a pontificar como nova pauta e a formar um novo consenso da política de segurança global norte-americana. Trata-se, particularmente, em “Toward a politics of the planet earth” de apresentar a inelutável ameaça de uma “catástrofe ecológica global”, porque enraizada no processo de modernização que atravessa o mundo desenvolvido e em desenvolvimento. Para deter tal processo sugerem uma revolução no sistema de organização e governo mundial que deveria levar a uma radical mudança nos rumos da política internacional. Desde aquela época(caracterizada pela bipolaridade, anterior à “détente” Leste-Oeste) perfilava-se no horizonte, como alvo central da nova política do centro do sistema mundial de poder, a contenção dos projetos nacionais de desenvolvimento. Nessa nova cruzada, os autores introduzem o tema da domesticação da problemática internacional com vistas a controlar a situação ecológica global : “More and more students of human affairs are coming to recognize that international problems can no longer be solved outside the context of domestic needs and perceived imperatives. There is also spreading recognition that the malaise of the urban-industrial, technologically advanced societies, predominantly in the Northern

Hemisphere, cannot be coped with effectively outside the context of the aspirations and demands of the less modernized societies, chiefly in Asia, Africa and Latin America. There is even some dawning awareness that a more equitable distribution of resources and other values, not only within countries but in the world community as a whole, is a psychological dimension of virtually every critical problem on the agendas of domestic and international statecraft”. Este seria o pano de fundo ideológico de uma pauta que viria a institucionalizar-se mundialmente, neutralizando as políticas do desenvolvimento, originárias de doutrinas eivadas de noções próprias do que designaram como sendo formas de “tribalismo nacionalista”.

9- Estas palavras do Gen Meira Mattos encerram o ensinamento claro de que a única maneira objetiva de se atuar na defesa de direitos nacionais soberanos,--- logo, indivisíveis e inegociáveis---, consiste na dissuasão de eventuais agressores com a só presença de um poder nacional lastrado numa vontade férrea de lutar, armada de uma adequada capacidade militar. A evolução histórica do Brasil e demais países consagra a veracidade dessa proposição.

10- Parece claro que a política exterior dos Estados Unidos, como a de qualquer outro país desse mundo, mesmo que não seja uma

“democracia tão pluralista como a norte-americana”, para colocar-se no rumo de suas prioridades, deve atentar para os seus interesses nacionais. Neste sentido a lição de governo do segundo Bush deve ser altamente apreciada e avaliada pelos atuais e futuros formuladores da política externa brasileira. A mudança de rumo da política mundial “pós 11 de setembro”, as ameaças que representa para a estabilidade, a segurança e o desenvolvimento de todos os países, aponta para uma situação dramática, que interpela a vontade da sociedade nacional brasileira, pela urgência em dar uma justa solução aos problemas básicos do país, sem descuidar de preparar o seu Estado para enfrentar a dura realidade da competição internacional. Para o Brasil, parece ser claro que o problema estratégico nuclear é exatamente a que transformação, ou, a qual conjunto de transformações, estará preparado para resistir. Como já definiu de forma lapidar o sr. Henry Kissinger: “the crucial test of our strategic doctrine is, therefore, what it defines as a threat”

2) Bibliografia:

BEAUFRE, Gen. André. Introduction à la stratégie. Paris, Economica, 1985.

BOZEMAN, Adda. Strategic intelligence & statecraft. New York, Brassey's, 1992.

BRZEZINSKI, Zbigniew. Entre duas eras; América: laboratório do mundo. Rio de Janeiro, editora Artenova, 1971.

_____. The grand chessboard; American supremacy and its geostrategic imperatives. New York, Basic Books, 1997.

BUSH, George. Aggression in the Gulf; a partnership of nations. Vital Speeches of the day, v.LVII, October, 15, 1990.

CABRAL, Severino. O mundo latino e a era do megaestado. Rio de Janeiro, Estudos Estratégicos, v.2, abril 2002.

CARVALHO, Carlos Delgado de. História diplomática do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1998.

COUTO E SILVA, Golbery do. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, livraria José Olympio editora, 1981.

DENG XIAOPING. Textos escogidos, t.III. Beijing, Ediciones en lenguas extranjeras, 1994.

GODEMENT, François. Après le 11 septembre: La riposte et sa cible. Paris, Politique étrangère, 4/2001.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Quinhentos anos de periferia; uma contribuição ao estudo da política internacional. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS/ Contraponto, 1999.

HUNTINGTON, Samuel. The clash of civilizations and the remaking of world order. New York Simon & Shuster. 1996.

_____. The lonely superpower. New York, Foreign Affairs, v.78,2, March/April 1999.

KISSINGER, Henry. Nuclear weapons and foreign policy. New York, Norton, 1969.

_____. Diplomacy. New York, Simon & Shuster, 1994.

LAKE, Anthony. 6 nightmares; real threats in a dangerous world and how America can meet them. New York, Little, Brown, 2000.

LAMAZIÈRE, Georges. Ordem, hegemonia e transgressão. Brasília, Instituto Rio Branco/ Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.

MACKINDER, Halford J. Democratic ideals and reality; a study in the politics of reconstruction. New York, Henry Holt & Company, 1942.

_____. The geographic pivot of history. London, The Royal Geographic Society, reprinted 1969.

MALAGRIDA, Carlos Badia. El factor geográfico en la política sudamericana. Madrid, Establecimiento tipográfico Jaime Ratés, 1919.

MARTINS, Wilson. História da inteligência brasileira, v. V(1897-1914). São Paulo, Editora Cultrix/ Editora Universidade de São Paulo, 1978.

MATTOS, Adherbal Meira. Textos para discussão: Pacto amazônico; cooperação e integração. Belém, Universidade Federal do Pará, 1982.

MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica e modernidade; geopolítica brasileira. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2002.

_____. O Brasil e sua estratégia. Rio de Janeiro, Estudos Estratégicos, v.02, abril 2002.

MORGENTHAU, Hans Joachim. Politics among nations; the struggle for power and peace. New York, Alfred Knopf, 1973.

NIEBUHR, Reinhold. Christian realism and political problems. New York, Charles Scribner's sons, 1953.

_____ & HEIMERT, Alan. A Nation so conceived; reflections on the history of America from to early visions to its present power. New York, Greenwood Press, 1983.

NYE, JR., Joseph S. Understanding international conflicts; introduction to theory and history. New York, Longman, 2000.

RANGEL, Alberto. Inferno Verde; cenas e cenários do Amazonas(Preambulo de Euclides da Cunha). Famacão, Typographia Minerva, 1914.

- REIS, Arthur César Ferreira. *Amazônia e a cobiça internacional*, 1965.
- ROMERO, Sylvio. *Doutrina contra doutrina*.
- SHEN JIRU. *La pauta mundial que buscamos; entrevista sobre la multipolarización*. *Beijing informa*, n.3, enero, 2000.
- SPROUT, Harold & SPROUT, Margareth. *Toward a politics of the planet earth*. New York, Van Nostrand Reinhold Company, 1971.
- STIGTER, Fleur. *Globalization and the search for an alternative; nationalism as a counterreaction to globalization, 1989-1999. The internal debate of Brazil as case-study*. Doctoral paper, 2001.
- SPYKMAN, Nicholas John. *America's strategy in world politics. The United States and the balance of power*. Archon Books, 1970.(1 ed. 1942).
- _____. *The geography of the peace*. Archon Books.(1 ed. 1944).
- ZWEIG, Stefan. *Brasil país del futuro*. Buenos Aires-Mexico, Espasa-Calpe Argentina, 1949.